

A culpa como matéria de desconstrução do feminismo

CRISTINA BUARQUE

Introdução

Há muito estava sentenciado meu encontro com a culpa. Não era mais possível retardá-lo depois de receber um convite para confrontá-la com o prazer. Todos são os espaços que comportam a discussão sobre a culpa, mas este tem o privilégio de desejar a diferença do próximo para a inteligência. Estou feliz que seja neste encontro: que seja ao lado de Ivone Gebara. Que seja na presença do meu grande desconhecido: o sentimento religioso. Que seja ao lado de vocês, feministas e mulheres que se interessam pelo feminismo como possibilidade analítica de compreender as desigualdades e como possibilidade prática de viver as diferenças, a minha rendição ao exercício, quase sempre doloroso e solitário, de refletir sobre fenômenos que existem para nós como fatos. Com isto, não estou dizendo que vou declarar ou exorcizar culpas, mas, sim, refletir insubordinadamente sobre ela, ou seja, arrancando-a deste lugar feminino.

Mesmo tendo que recorrer às diferentes abordagens dos saberes sobre a culpa, não vou enfocá-la nem pelo viés psicanalítico, nem antropológico, nem teológico ou do direito. Minha contribuição, neste seminário, será ilustrar a culpa como objeto de desconstrução do feminismo em sua práxis político-filosófica de transgressão e insubordinação às leis do 'Pai', o que inclui um olhar multi e interdisciplinar sobre as realidades. E assim, também, a opção por uma transversalidade metodológica que enseje a compreensão *versus* domi-

nação-masculina. Focalizando como característica do feminismo, a transgressão às leis do 'Pai', identifico na relação entre estes complexos de pensamento as duas questões necessárias à ilustração de nosso debate sobre a culpa: a condição feminina e o patriarcalismo judeu-cristão.

A insubordinação às leis do 'Pai' leva o feminismo a confrontar-se com as formações religiosas de tradição judeu-cristão de maneira radical, tanto pelo compromisso existencial que estas formações mantêm de interdição das mulheres aos ministérios e ministérios do divino, como pelas ligações do feminismo com o marxismo e o anarquismo, mas, principalmente, pela culpabilização do feminino pela infelicidade humana: uma existência limitada, não eterna, muito menos infinita. Para ilustrar a questão, citarei o seguinte texto, utilizado por Peter Brown no seu estudo *Corpo e sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*, referente a afirmações de Cristo: "Quando Salomé perguntou ao Senhor: 'Por quanto tempo a morte há de imperar?' Ele respondeu: 'Enquanto vós, mulheres, gerardes filhos...' Afirmando que o próprio Senhor disse: 'Vim desfazer as obras femininas', referindo-se, com esse 'femininas', ao desejo sexual, e com 'obras', ao nascimento e à corrupção da morte".¹

Responsabilizadas pelo nascimento, as mulheres são culpadas de colocar limites na existência. Com isto, temos uma inversão na origem da idéia de qual dos sexos impõe limites ao ser. Neste ponto devemos ser cuidadosas no sentido de não nos distanciarmos muito de nossos antepassados sob a égide do preconceito de que eles não só tinham mais dúvidas do que nós, como o de as tecnologias de que dispomos nos fazem mais intelectivos sobre nossas faculdades psíquico-racionais de sobrevivência. Estou falando de idéia de construções do pensamento sobre o humano e

1. Peter Brown. *Corpo e sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1990, p. 80

A culpa como matéria de desconstrução do feminismo

CRISTINA BUARQUE

Introdução

Há muito estava sentenciado meu encontro com a culpa. Não era mais possível retardá-lo depois de receber um convite para confrontá-la com o prazer. Todos são os espaços que comportam a discussão sobre a culpa, mas este tem o privilégio de desejar a diferença do próximo para a inteligência. Estou feliz que seja neste encontro: que seja ao lado de Ivone Gebara. Que seja na presença do meu grande desconhecido: o sentimento religioso. Que seja ao lado de vocês, feministas e mulheres que se interessam pelo feminismo como possibilidade analítica de compreender as desigualdades e como possibilidade prática de viver as diferenças, a minha rendição ao exercício, quase sempre doloroso e solitário, de refletir sobre fenômenos que existem para nós como fatos. Com isto, não estou dizendo que vou declarar ou exorcizar culpas, mas, sim, refletir insubordinadamente sobre ela, ou seja, arrancando-a deste lugar feminino.

Mesmo tendo que recorrer às diferentes abordagens dos saberes sobre a culpa, não vou enfocá-la nem pelo viés psicanalítico, nem antropológico, nem teológico ou do direito. Minha contribuição, neste seminário, será ilustrar a culpa como objeto de desconstrução do feminismo em sua práxis político-filosófica de transgressão e insubordinação às leis do 'Pai', o que inclui um olhar multi e interdisciplinar sobre as realidades. E assim, também, a opção por uma transversalidade metodológica que enseje a compreensão da dinâmica subordinação-feminina *versus* domi-

nação-masculina. Focalizando como característica do feminismo, a transgressão às leis do 'Pai', identifico na relação entre estes complexos de pensamento as duas questões necessárias à ilustração de nosso debate sobre a culpa: a condição feminina e o patriarcalismo judeu-cristão.

A insubordinação às leis do 'Pai' leva o feminismo a confrontar-se com as formações religiosas de tradição judeu-cristão de maneira radical, tanto pelo compromisso existencial que estas formações mantêm de interdição das mulheres aos ministérios e ministérios do divino, como pelas ligações do feminismo com o marxismo e o anarquismo, mas, principalmente, pela culpabilização do feminino pela infelicidade humana: uma existência limitada, não eterna, muito menos infinita. Para ilustrar a questão, citarei o seguinte texto, utilizado por Peter Brown no seu estudo *Corpo e sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*, referente a afirmações de Cristo: "Quando Salomé perguntou ao Senhor: 'Por quanto tempo a morte há de imperar?' Ele respondeu: 'Enquanto vós, mulheres, gerardes filhos...' Afirmando que o próprio Senhor disse: 'Vim desfazer as obras femininas', referindo-se, com esse 'femininas', ao desejo sexual, e com 'obras', ao nascimento e à corrupção da morte".¹

Responsabilizadas pelo nascimento, as mulheres são culpadas de colocar limites na existência. Com isto, temos uma inversão na origem da idéia de qual dos sexos impõe limites ao ser. Neste ponto devemos ser cuidadosas no sentido de não nos distanciarmos muito de nossos antepassados sob a égide do preconceito de que eles não só tinham mais dúvidas do que nós, como o de as tecnologias de que dispomos nos fazem mais intelectivos sobre nossas faculdades psíquico-rationais de sobrevivência. Estou falando de idéia de construções do pensamento sobre o humano e

1. Peter Brown. *Corpo e sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1990, p. 80

suas diferenças. De seus desejos de desvendar e romper os limites da vida.

Do texto citado depreende-se, ainda, que aos poderes femininos arcaicos biológico-limitantes da vida, se contrapõem as leis do 'Pai' mediante a construção de poderes transcendentais do masculino de impor limites sociais, como forma de negar à natureza a determinação da vida. Neste momento, natureza e feminino fundem-se no pensamento ocidental, apartando-se do divino e do homem, que também se fundem. A condição feminina biológica-limitante de si e do outro, enquanto matéria, é punida pelo 'Pai' através da limitação do feminino enquanto espírito e intelecto. A indesejabilidade de limites durante a existência humana. Limites estes para os dois sexos, porém, no pensamento religioso ocidental judeu-cristão, à mulher caberia a culpa pelas punições do divino, impostas à humanidade como um todo. E assim, sempre lhe coube uma dupla punição: a existência limitada e a humanidade limitada. Enunciadas as questões, deixemos, contudo, nossa discussão sobre a culpa para um pouco mais adiante, pois necessito, ainda, trazer outros elementos para auxiliar a compreensão de meu pensamento.

I. Patriarcado, uma referência da desigualdade

É com dificuldade que o feminismo acadêmico, na análise da realidade sócio-cultural, revisa a tradição disciplinar das instituições de pesquisa para munir-se de referenciais, conceitos e métodos anunciados para além das demarcadas fronteiras científicas. Porém, por outro lado, continua sendo extremamente tortuoso querer esclarecer as desigualdades sociais em sua dimensão sexo/gênero, guardando fidelidade às categorias lapidadas pela ciência androcêntrica, mesmo que elas sejam resultados de uma crítica à opressão, à exploração ou à própria ciência. Ou seja, é com esforço que as feministas de tradição acadêmica marxista ou freudiana convivem com essa tensão e mantêm-se comprometidas com a obrigatoriedade da análise política dos fenômenos sociais, tomando como

referencial a hierarquização da sociedade à base do sexo biológico de seus indivíduos, o que consiste em se debruçar sobre a realidade de uma violência histórico-específica contra as mulheres em todo o seu desenvolvimento biocultural. Os caminhos percorridos nos mostram que a socialização dos indivíduos, com base em seu sexo biológico, não permite que as categorias analíticas de *per se* ou interrelacionadas – classe, gênero, etnia, patriarcado – venham a substituir a categoria empírica “mulheres”, mesmo quando aquelas constituem o toque de neutralidade científica “faltoso” ao feminismo. O neutro e o universal científicos pressupõe uma dessexualização dos indivíduos no social, o que só acontece na realidade com a dissolução da existência da fêmea como ser criativo-produtivo-organizativo. E este é o nosso prejuízo histórico.

O esforço de construir uma teoria feminista, desconstruindo os biologismos e o economicismo das idéias dos pensamentos religiosos, filosóficos, científicos e populares do Ocidente sobre as mulheres, passa não só pela capacidade de formular novas categorias, mas também por aquela de não desprezar os conhecimentos e reflexões das mulheres sobre si mesmas e sobre os homens, neste longo processo de desejar uma nova ordem para a convivência entre os sexos, que venha a moldar novos gêneros. Por isso é pouco recomendável, na teorização feminista, o abandono do conceito patriarcado, pois, mesmo que ele não explique a origem da subordinação, elucidada, como nenhum outro conceito, a construção da figura paterna no núcleo familiar ocidental em suas facetas objetivas e subjetivas: o desejo masculino de definição do ser do outro, até sua posse mais íntima, num comprometimento inexorável do dominador com o seu próprio vazio: a incompletude humana de sexo e gênero. No macro ambiente, as estruturas políticas e organizacionais da sociedade não só reproduzem esse modelo, como alimentam a necessidade de não existir outro desejo de convivência fora dos limites da subordinação *versus* dominação. O enveredar pela trilha do patriarcado, como

conceito balizador das análises sobre a subordinação, nos permitiu um novo olhar sobre os homens e uma posição política qualitativamente diferente, instigadora da construção da sujeita política em confronto com o sujeito político.

As ciências e a ação política androcêntricas sempre incorreram na falta de despolitizar a ação e descientificar o olhar feminista, tanto por estigmatizar aquela, com a pena de modismo, como sob o argumento da negatividade desse olhar concentrado na subjetividade e na especificidade dos fenômenos. Essa combinação de negações vêm excluindo-nos de ser arroladas nas contribuições teóricas e práticas aos movimentos de transformação da sociedade, com a introdução de novos objetos, objetivos e meios para a ciência. Hoje, os ganhos feministas para a humanidade – que representam tanto a mudança da paisagem do cotidiano da vida pública, que abre espaço às mulheres para a construção de um novo feminino, como a revelação da categoria gênero no campo científico, marcando uma das mais importantes *rupturas epistemológicas dos últimos 20 anos*,² não podem ser despolitizados, mediante uma hierarquização de categorias ou ahistorização da existência da própria categoria de gênero. A desigualdade social de sexo é um anúncio do feminismo desde seus primórdios. Esta dimensão, que escapou a outras correntes de pensamento, permitindo a exclusão da subjetividade do campo das análises sócio-políticas, trouxe prejuízos ao marxismo. A falta de aprofundamento da discussão sobre o patriarcado, onde sujeito e objeto, do lado masculino, se fundiriam, trouxe prejuízos à teoria crítica. Essa dimensão da desigualdade é o que garante a busca de inteligência sobre as origens das desigualdades.³ Não ganha-

remos nada no campo prático nem avançaremos muito na teoria se desprezarmos a idéia de aprofundar nossa discussão sobre o patriarcado, principalmente, agora, quando a questão do aborto se faz ponto de honra para o Vaticano. Não podemos engavetar nossos desejos de saber como esse feminino se expressa, diferenciando tantas mulheres e amarrando-as a uma condição comum de subordinação. Não devemos construir hierarquias categoriais, dissociando ação e teoria, devemos manter nossa utopia maior: o resgate da práxis como estatuto do conhecimento. A revisão disciplinar nos abriga, ainda, à disciplina da revisão, o que significa um contato íntimo com a criação do outro para leitura de nossa realidade: a relacional-excluída-excludente.

II. Condição feminina e feminismo: dependentes diferenciadas

Ao colocar-me nesta disposição, vejo-me incitada a recorrer a Adorno e Horkheimer, instalando uma primeira cumplicidade com a teoria crítica, mediante a compreensão de que se o “despertar do sujeito tem por preço o reconhecimento do poder como princípio de todas as relações”,⁴ o olhar feminista tem por preço reconhecer todas as relações de poder que definem masculino e feminino na humanidade ocidental como condição de dominação e subordinação, respectivamente. Este preço é muito alto, pois esse olhar não se fixa num objeto dissociado de meus olhos. Estes mesmos são tomados de assalto, construindo a dupla situação de sujeito e objeto num mesmo ser, invadindo todas as relações possíveis: a da transcendência, a da socialização e da individuação e todos os espaços: o do afeto, o da fé, o do conhecimento, o da sexualidade, sem nunca poder separá-los completamente, num ferir e ferir-se que só a liberdade de desejar reconhece e alimenta. Este olhar atinge

2. Teresita Barbieri. *Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica*. Recife, SOS Corpo/Gênero e Cidadania, 1993. Esse artigo aprofunda bem a discussão sobre as novas categorias.

3. Os textos do final do século XVIII esclarecem a questão: Olympe de Gouges, *Les Droits de la Femme et de la Citoyenne* e de Mary Wollstonecraft, *Vindication of the Rights of Woman*.

4. Theodor W. Adorno e Max Horkheimer. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1985, p.14

à identidade de gênero. Impõe a construção de novas identidades.

Para que possamos avançar em nossa fala, é necessário entender feminismo e condição feminina como dependentes diferenciadas de uma relação complexa de reciprocidades de mudanças não contínuas. Antes, creio que devo conceituar o que chamo de condição feminina e formular um pensamento capaz de perfilar uma idéia de feminismo.

A condição feminina – expressão máxima do excluído de todos os sistemas de conhecimento formal e dos pólos de ação – é a forma mais completa de todas as subordinações que realiza o processo civilizatório ocidental. É a idealização que mediatiza a realidade da fêmea da espécie, onde se reúnem, sobre um cronômetro parado, as mais variadas formas históricas de dominação exercidas entre os homens, ora identificadas no escravo, ora no servo, no proletário, e que sobre o sujeito incidem circunstancialmente, no passado, e no futuro do homem adulto: a infância e velhice.⁵

Ilustrando, agora, o feminismo como a ação política da mulher, suscitaria sua compreensão como manifestação de intelecção sobre os processos civilizatórios e movimento de uma força, na qual mulheres, conscientes da exclusão do feminismo da categoria de sujeito histórico, passam a se reconhecer insubordinadas ausentes das estruturas de dominação⁶. O feminismo é a proposta de desmobilização da condição feminina, como identidade de gênero, íntimo de mulheres e homens, seja qual for sua posição societal. Constitui uma ruptura política com a realidade patriarcal do feminismo e, por via de consequência, com a condição patriarcal do masculino. Contrapostos e dependentes, feminismo e condição feminina estão inter-relacionados inexoravelmente através da categoria empírica “mulheres”.

Voltando ao enunciado, quero dizer que o feminismo, ao provocar mudanças na condição fe-

minina, por desvelamento das mulheres como sujeitas políticas, inaugura fendas no tecido sócio-cultural que alteram as propostas feministas. Tática e estrategicamente, as propostas se recom põem no exercício de compreender as novas relações que se estabelecem entre o feminino = gênero – sexo socialmente construído – e o conjunto da sociedade, sem, contudo, apontar o lugar do feminino ou sua essência. O que é diferente de querer saber o que deseja a mulher ou o que é a mulher, como as ciências se perguntam erradamente, ancoradas na suspeição de uma fatalidade biológica descrita pela racionalidade filosófica e religiosa, que condena as fêmeas da espécie a uma condição de pura imanência reprodutiva, diferente do destino transcendental criativo dos machos. Mas claro está que o binômio imanência-transcendência é indissolúvel e indissociável da condição humana, e, portanto, indivisível entre os sexos, como acontece com o fenômeno da procriação, em que dois fecundam, mas apenas um garante a projeção do novo ser no mundo aparente. Esta, a injustiça natural. Esta, a exclusão dos homens de parte do processo de dar a vida. Esta, a diferença e desigualdade entre as possibilidades dos sexos. Esta, a limitação de sexo precedente ao desejo, à construção dos gêneros, à existência humana, foi tratada como um ato de vontade, como um produto da razão, como uma criação humana e não como um fenômeno. Do contrário, não era possível se falar em culpa e culposos. Porém, de quem teria vindo esta determinação, se Deus, além de eterno, é infinito? E aqui reverte-se outra situação – por que Deus foi injusto com os machos, fazendo-os à sua imagem e semelhança? Isto é, invisíveis no processo de dar a vida. Estaria sua finitude ligada à não existência da vida? A culpa se constrói para explicar a existência, e, assim, relaciona-se ao prazer, que possibilita a existência.

III. O estatuto da culpa

A culpa tem lugar de reconhecido destaque na construção de grandes espaços da vida humana,

5. Cristina Buarque. *Feminismo: a mudança do paradigma*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Recife, UFPE, 1991, p. 178

6. Idem, p. 180



mantendo-se na modernidade como esteio das relações com o divino, nódulo indissolúvel da psique e instrumento das leis que regem as convivências. Projetando, aparentemente, diferentes significados em cada um desses campos, a culpa funde-se, no entanto, ao sujeito nos planos da transcendência, da individuação e da socialização, e adquire, assim, o estatuto de construto cultural de controle social.

Enfocando-se como construto cultural, o que afasta de qualquer parentesco com a categoria “fenômeno natural”, devemos nos arriscar a uma aproximação com suas origens e a anunciar suas qualidades e função.

Buscando suas origens, a culpa seria filha da íntima relação entre a possibilidade humana de pensar sobre tudo e a limitação humana de apreender o mundo e a própria existência em sua totalidade. A culpa não seria o pensar nem o apre-

ender, mas o que resulta da tensão que se estabelece na relação entre eles, diante de um mundo que, sem explicações, está inexoravelmente para aquém e para além da existência do sujeito. Porém, tal tensão, em dúvida, é, também, berço das alterações humanas. É *locus* de suas transformações. Contudo, sendo a culpa a construção criada diante do vazio de verdade que se projeta no existir e no deixar de existir da vida e das manifestações humanas, ela se perfila como resposta ao desejo de explicação para esse vazio que nos limita.

Na condição de resposta, a culpa constrói-se assumindo a qualidade de materializar, corporificar, dar forma e significado aos vazios de verdade que se sucedem nas formações individuais e coletivas da humanidade. E, ao materializar o vazio, o próprio pensamento produz o artifício de se descolar

de sua criação, tornando-a um objeto, um ser, uma entidade. A materialização do vazio, por sua vez, camufla uma redução na tensão entre pensar e aprender, mediante a identificação de uma grandeza inferior para seus resultados: um corpo. Tudo o que é corpo, matéria e forma é inferior ao pensamento. Portanto, não só deve, mas pode ser submetido ao pensamento. As hierarquias estabelecidas entre espírito e corpo, céu e terra, homem e mulher, sentimento e sexo, luz e trevas, cultura e natureza, ilustram o fenômeno numa fidelidade abissal ao sistema binário fundido na grande consciência: vida e morte.

A função da culpa é a realização do não apreendido pela matéria iluminada de pensamento, determinado suas finitudes e emergências. Assim, a culpa exerce a função primeira de travesti da ausência do sujeito no aquém e além de sua existência. Sua função é transformar o aquém e além apenas perceptíveis, e não apreendidos, em ordenações explicativas de fenômenos. Hoje e ontem, a ciência é um bom exemplo. Observamos a medicina, impotente diante do câncer, e, em décadas passadas, diante da tuberculose, associar-se à psicologia para anunciar ao sujeito que fatalidade de seu destino tem origem nas angústias de sua alma, dizendo-lhe: "você fez um tumor". A tensão entre o pensamento que estuda e a não apreensão das causas que geram o câncer tem como resultado a culpabilização do indivíduo pelo fenômeno, mesmo que o câncer seja epidêmico e se reconheça a impotência científica. A culpa, enfim, como construto cultural de controle social, é o mais antigo dos métodos explicativos das realidades da civilização ocidental, que a atualidade não dispensa.

Aurélio Buarque de Holanda traz seis verbetes definindo o substantivo culpa. Porém, um nos chama a atenção sobremaneira pelos exemplos que lhe servem de explicação. Diz o autor: CULPA – responsabilidade por ação ou por omissão prejudicial, reprovável ou criminoso. Ex.: "A moça não tem culpa de ter despertado tão grande paixão". "A criança não tem culpa de ter esquecido

os livros em casa".⁷ Esses exemplos explicam a culpa à base de uma suposta omissão da moça e da criança. Seus conteúdos relacionam paixão e esquecimento com culpa. Ou seja, duas manifestações humanas, porém incontroláveis, por mais que sejam sondáveis no campo psicanalítico. Mas, o que seria a paixão, senão um pensar constante e um não apreender nunca do que lhe desperta. Imensa, incógnita, a paixão é só realidade que se renova.

Conclusões

A evolução da matéria divina no âmbito da História do pensamento ocidental, que vai da criação de Deus-Homem para a do Homem-Deus, revela a culpa como uma constante aproximativa e distanciadora do sujeito da grande aspiração humana: a eternidade. E dentro de tudo que constitui o humano, o pensamento foi o grande eleito para concretizar essa aspiração, inclusive e principalmente na Modernidade. Ele, por sua fluidez, por seu mistério, por seu silêncio e, finalmente por sua aparente independência da ação, estaria livre da matéria que inexoravelmente fenece, para imortalizar-se. Não seria exagero, então, enunciar que a culpa é estrutura fundante do *status quo* civilizatório do Ocidente judeu-cristão.

A culpa é destinada e destino do sujeito, seja ele o eu, seja outrem, seja o indivíduo ou o coletivo, seja um ser vivo ou um ente abstrato, um sentimento ou uma sentença. Destinada e destino do sujeito, a culpa inscreve-se não só como método explicativo, mas organizativo das convivências. Contudo, as teorias e práticas que lideram os fenômenos de transformação da realidade não lhe conferem esse lugar, identificando-se a reflexão feminista como, praticamente, a única vertente do pensamento moderno a assumir a culpa como matéria cultural de controle social a ser trabalhada no campo político. E aqui voltamos à condição feminina para encerrarmos nossa fala.

7. Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 11ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

Devo dizer que sobre a condição feminina incidem as duas direções da culpa: tanto aquela em que a culpa assume a forma de sentimento de indignidade, maldade, desprezo e rejeição para consigo mesmo, como quanto a culpa é a imputação de responsabilidades a outrem pela existência de situações danosas e dolorosas. No caso da condição feminina, a culpa é vivenciada pelo coletivo – o gênero feminino – e materializada no indivíduo – a mulher – onde esse sexo se rejeita e é rejeitado e suas representantes sentem-se devedoras de humanidade por seu atavismo biológico de fazer nascer como os bichos e não por um ato de vontade, como Deus fez nascer a humanidade. Devedora para com a humanidade, que a condenou à Terra, restando a morte como único passaporte para o paraíso. Sua dívida para com a humanidade não é, contudo, um ato de omissão nem de paixão, esquecimento ou descuido da natureza. É um ato de vontade, de razão e do desejo. É um ato humano, segundo as sagradas escrituras. Tudo se contradiz neste capítulo religioso de explicação das origens do mundo, numa trama que desloca a mulher da posição de doadora da humanidade para devedora.

O mito judeu-cristão sobre o cotidiano do primeiro casal explicita a construção que faz a mulher passar de doadora para devedora em relação à humanidade. O mito de Adão e Eva está carregado de transparência da subjetividade masculina, onde o destino do homem é definido passivamente, mediante sua vinculação ao desejo da mulher. Adão aparece apenas embutido na ação de Eva. Contraditoriamente com o perfil do masculino, Adão é o elemento desprovido do desejo para além de seu semelhante. É pela desobediência, pela curiosidade da mulher, no entanto, que a humanidade perde o paraíso, o que vai significar viver a intranqüilidade de ser mortal, procriar e produzir na dor e no sacrifício. Não resta dúvida, também, de que a procriação aí é entendida como reprodução, ou seja, um ato apenas de uma mulher para produzir o mesmo, o que poderia

significar atingir a eternidade. Um ato de mulher. Eva seria a doadora da humanidade, mas aquilo era uma sentença do Deus-homem que a precedera e a criara. Através de Deus, então, aparece o desejo masculino de possuir as faculdades da mulher. Este mito não culpa a mulher da procriação, contudo pune-a, expropriando-a da possibilidade de ser doadora para a humanidade, quando indica o masculino, mediatizado por Deus, ocupando aquele lugar. Este lugar se amplia na medida em que Deus também vai ser encontrado do outro lado da morte, doando eternidade aqueles que entenderam sua grandiosidade. Do lado da morte fica a mulher, porque o que lhe sai das entranhas vem marcado pela finitude que ela projetou sobre todos. Teria sido o paraíso rompido para escamotear a impotência do Deus-homem, que tomou por si a criação de tudo, o que não era possível ao humano criar, com exceção do próprio ser humano que a mulher costumava doar à humanidade? Seria a culpa da mulher o fazer nascer, o que o outro sexo não faz?

Procriar e produzir para pagar a culpa significa dela jamais se libertar. Não desfrutar do prazer nestes processos inalienáveis à vida humana na Terra induz à idéia de que no paraíso a sexualidade e o ócio estavam liberados e libertados das penúrias da natureza. Que a procriação não existiria, mas só a criação da vida por Deus, determinando conscientemente ter ou não ter filhos, como hoje desejam para si as mulheres que os têm.

Segundo Simone de Beauvoir, "*pour la femme la liberté commence au ventre*". Se é verdade que a liberdade das mulheres começa no ventre, podemos esclarecer que a história da condição feminina está fundada na culpa que aprisiona esse ventre. A liberdade do ventre das mulheres afronta dois pontos capitais da vivência patriarcal: a dominação da procriação e do exercício dos prazeres sexuais pela mulher. E a desconstrução da culpa, como instrumento de organização das convivências, deve-se ao feminismo, que trouxe para o campo político a discussão do prazer.